

# Notas para a Caracterização do Protesto e do Conflito Social na História Recente da Argentina.

**Matías Artese\***

**Lisandro Braga<sup>†</sup>**

## Introdução

Neste artigo pretendemos refletir sobre as caracterizações e interpretações sociológicas e políticas realizadas sobre o período mais controverso da história recente da Argentina, que pode localizar-se entre a segunda metade da década de 1990 até o início da primeira metade da década de 2000.

Aqueles conflitos, que tiveram objetivos econômicos e políticos – e sem dúvida ideológicos –, estiveram condicionados pelo aprofundamento de um determinado modelo de acumulação capitalista. Os primeiros indícios deste processo poderia ser localizado em meados de 1975 com o chamado "Rodrigazo"<sup>9</sup> e considerado o pontapé inicial de um processo lento, mas constante de degradação e marginalização dos setores populares, nos últimos trinta anos. É nesse momento, inclusive, que se registra o que Juan Carlos Marín chama de acumulação originária do genocídio:

o sequestro e o desaparecimento de pessoas começaram a ser os dois instrumentos típicos que foram modificando e subvertendo as formas institucionais tradicionais da legítima repressão policial do sistema. Converteu-se em uma política sistemática de aniquilamento dos quadros mais combativos do movimento popular, quaisquer que fossem suas orientações políticas (MARÍN, 2003, p. 67).

A ditadura que se iniciou em 1976, não fez mais que continuar, de maneira mais extensa e sistemática, o processo de aniquilamento de toda dissidência de caráter anticapitalista. O modelo neoliberal, já em marcha, se impôs definitivamente ao final da década de 1980 por via do governo constitucional de Carlos Menem. Suas características principais foram a reestruturação na produção baseada em manufaturas agro-industriais de baixo valor agregado destinadas à exportação e uma abertura do mercado financeiro baseada em créditos e empréstimos, que funcionaram como

---

\* Sociólogo, doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires/UBA e docente na mesma universidade.

<sup>†</sup> Sociólogo, doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás, docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Responsável pela tradução desse artigo, do espanhol (argentino) para o português (brasileiro).

<sup>9</sup> Assim se conheceu as medidas que ordenou o então Ministro da Economia, [Celestino Rodrigo](#) durante o governo peronista de María Estela Martínez. Rodrigo estabeleceu uma [desvalorização](#) de 160% no cambio monetário com respeito à divisa estrangeira, o que derivou em uma taxa de inflação que chegou a mais de 750% anual. A medida, favorável a setores do capital financeiro, provocou um forte desabastecimento de grande quantidade de produtos de primeira necessidade (alimentos) e combustíveis.

sustentáculo dessa reconversão industrial e tecnológica. A agressiva política de privatizações de empresas públicas –resultado de negociações entre o Governo menemista, os Organismos de Financiamento Internacional e representantes de grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros- significaram a concentração de capitais e a acentuação de índices de pobreza, indigência, desocupação e subocupação. Assim, durante a segunda presidência de Menem se registrou uma desocupação (desemprego) de 20% da População Econômica Ativa. De modo que a contração do mercado de trabalho ampliou uma *superpopulação relativa* de uma magnitude comparativamente superior às décadas anteriores<sup>10</sup>.

Com a consolidação da hegemonia politico-econômica neoliberal durante a década de 1990 (a expropriação sustentada com um sem-número de bens sociais), o conflito social se traduziu em diversas ações coletivas de protesto. Ressurgiam, deste modo, “novos” sinais de rebeldia em diversos pontos do país, diferenciados dos movimentos classistas dos finais da década de 1960 e começo de 1970. Em tal sentido, alguns autores<sup>11</sup> consideraram que se renovou o cenário do protesto social em nível nacional: a presença sindical vinha declinando diante do surgimento de uma nova rede de movimentos sociais heterogêneos e com identidades, objetivos e repertórios diferenciados. Exemplo disso é que não foram comuns os massivos atos organizados por sindicatos que, na década de 1980 e décadas anteriores, centralizavam as contestações econômicas. A maneira na qual o processo de desindustrialização, o aumento da desocupação e da precariedade laboral ocorreu, influenciou na diminuição da presença de assalariados organizados como núcleo das contestações. Este cenário se conjugaria com uma descentralização: após a reforma do Estado e a conseqüente “provincialização” da planificação de políticas públicas, os distritos do interior do país registraram períodos de crises com ritmos, magnitudes e conjunturas distintas entre si. Assistiu-se assim a

---

<sup>10</sup> Em seus Manuscritos de 1857-1858, Marx já caracterizava a população excedente como produto do desenvolvimento capitalista: “não é senão no modo de produção fundado no capital, onde o pauperismo se apresenta como resultado do trabalho mesmo, do desenvolvimento da força produtiva de trabalho. [...] A invenção de trabalhadores excedentes, vale dizer, de homens privados de propriedade e que trabalham, é própria da época do capital” (1987, p. 111-114).

<sup>11</sup> Ver Schuster, F. et al Transformaciones de la protesta social en Argentina 1989-2003. *Documentos de Trabajo*, N° 48. [on line]. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, UBA, 2006. Disponível em: <http://www.iigg.fsoc.uba.ar/Publicaciones/DT/DT48.pdf>; Schuster, F. y Pereyra, S. La protesta social en la Argentina democrática: balance y perspectiva de una forma de acción política. En N. Giarraca (Ed.), *La protesta social en la Argentina. Transformaciones económicas y crisis social en el interior del país* (pp. 42 - 63). Buenos Aires: Alianza Editorial, 2001; Svampa, M. y Pereyra, S.: *Entre la ruta y el barrio. La experiencia de las organizaciones piqueteras*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2003.

uma alta localização dos protestos (tendem a restringir sua expansão territorial); a uma limitada continuidade temporal (tendem a se estabelecer buscando um maior grau de expressividade de suas demandas em períodos temporais breves); e a uma multiplicação de atores (incremento na quantidade e diversidade crescente dos atores do protesto social) [...] (SCHUSTER et al, 2006, p. 10).

Seguindo este relato, as mobilizações não haveriam conseguido alterar o rumo político e econômico do governo (nos referimos principalmente às ocorridas na administração menemista), pois, ao ser quase nula a articulação do conflito, as contestações eram isoladas e rapidamente dissolvidas. As manifestações preponderantes tomaram, deste modo, forma de “*puebladas*” ou levantamentos populares – o “Santiagueño” em dezembro de 1993 pode ser exemplo de um dos primeiros protestos significativos na década de 1990. Em muitos destes conflitos se adotou o bloqueio de estradas ou *piquetes* como método mais popular e efetivo de manifestação, para onde confluíram assalariados, trabalhadores desempregados, frações da pequena-burguesia, grêmios e partidos contestatários. As primeiras experiências se deram em Neuquén, logo reproduzidas em diversos pontos do país como em numerosas localidades do conurbano bonaerense.

O amplo arco de mobilizações ocorridas nesta etapa teriam sido, segundo esta perspectiva, deixadas de lado pela análise marxista porque “não respondiam a cânones de constituição classista, e não se orientavam para uma transformação integral da sociedade” (SCHUSTER e PEREYRA, 2001, p. 42). De modo que as expressões destas mobilizações compreenderam um campo heterogêneo de ação, conformado por setores sociais multifacéticos com uma tradição de manifestações, contestações e reivindicações variadas.

Assim foi montado o cenário local do conflito, as interpretações das vertentes europeias ao falar de “novos movimentos sociais”, que nesse caso apelavam ao desenvolvimento do movimento estudantil, ecologista ou feminista, em um período de capitalismo pós-industrial. Contudo, o termo “novo” que se aplica a estas manifestações foi e é objeto de debate, pois na Latinoamérica o processo de segmentação econômica e de marginalização social, longe de dissiparse, se tem aprofundado. Em tal sentido, se pode assinalar que os “movimentos sociais urbanos atribuídos ao território [latinoamericano] reconhecem uma influência da experiência do movimiento operário, o que poderia revelar uma linha de continuidade e não de ruptura do movimento social popular” (SOLERVICENS, 2003, p. 03).

Neste e em outros casos, a mobilização de múltiplas frações da sociedade – portadoras de identidades, objetivos e demandas diversas- devem ser analisadas sem perder de vista a estrutura social na qual se originam, e a *genealogía* de suas práticas, ainda que se apresentem – em aparência - de maneira totalmente incorporadas às lutas de décadas passadas.

### O protesto: outras perspectivas.

Existem outras perspectivas acerca desses acontecimentos, nas quais a análise marxista não se exclui, ainda que se afirme que este marco teórico só está dedicado a rastrear conflitos especificamente operários (enquanto composição de classe) e revolucionários (quanto aos objetivos das lutas).

Em princípio, apelemos a algumas investigações que questionam esses prejuízos: Iñigo Carrera (2005) da conta de um amálgama heterogêneo composto por assalariados, estudantes, vizinhos, profissionais e um amplo leque de personificações sociais. No entanto, mais de 55 % desses atos foram protagonizados por trabalhadores, e dentro desses, a maior parte são assalariados ocupados (mais de 65 %). Ao mesmo tempo, os 40 % destes feitos foram convocados por organizações sindicais. Induvidavelmente, há un contraste significativo se comparmos esses dados com respeito às mobilizações da década de 1980, quando aproximadamente 3/4 do total dos protestos entre 1983 y 1988 foram protagonizados por sindicatos. Contudo, o sindicalismo se manteve como o setor com maior convocatória nas manifestações em relação ao restante das outras organizações.

Em outro estudo, Cotarelo e Iñigo Carrera (2004) diferenciam três períodos no desenvolvimento do conflito social recente: um período ascendente de lutas (de dezembro de 1993 a agosto de 1997), um descendente (setembro de 1997 a dezembro de 1999) e um final e novamente ascendente (dezembro de 1999 a dezembro de 2001). Nesses três períodos, as intervenções de organizações sindicais são de 51%, 31% y 33,5%, respectivamente. Ao mesmo tempo, as manifestações protagonizadas por agrupaciones de vizinhos, étnicas, religiosas, de Direitos Humanos, de bairros pobres/favelas, de pequenos proprietários, de familiares de vítimas, profissionais, ecologistas, etc. representam em conjunto o 6 %, 9 % y 6,5% em cada um dos períodos diferenciados.

Inclusive desde a perspectiva que sustenta o crescimento de un arco mais heterogêneo na ação coletiva se evidenciam dados não muito distantes dos anteriores.

Na investigação dirigida por Schuster (2006) se registra uma participação sindical e gremial de 49 % sobre o total de manifestações e ações de protesto entre 1989 e maio de 2003. Na mesma investigação e no mesmo período se estabelece que a média de protestos com demandas econômicas, laborais, salariais e políticas somam o 64% sobre o total (SCHUSTER e FEDERICO, 2006). Valores que estão muito longe de serem marginais.

Isso reflete que, se bem existe uma mistura no protesto social recente, desde o momento em que também participam outros movimentos sociais que interpelam aos sucessivos governos, existe uma quantidade significativa de intervenções dos setores sociais e objetivos que poderíamos considerar “clássicos”.

Desde a desarticulação do Estado desenvolvimentista de décadas passadas tem ocorrido que o sujeito coletivo majoritário que se mobiliza não se encontre exclusivamente na classe operária industrial. Mas, assim como a mudança dos padrões de acumulação capitalista nas últimas décadas não significa que não haja efetivamente acumulação, reprodução e concentração de capital, a possível inexistência de operários industriais como sujeito líder nos protestos: implica que o esquema do conflito seja hoje absolutamente novo?

Com respeito à metodologia ou ao repertório de protesto utilizado, Cotarelo e Iñigo Carrera (2004) registram que o bloqueio de estradas ou piquetes esteve presente em 28% dos protestos realizados no período 1993/2001 (um total de 7643 mobilizações). Em primeiro lugar é necessário dar certa especificidade a esta ferramenta de luta que muitas vezes também é moldada como um *formato novo* da manifestação. É sabido que a barricada ou *piquete* não se origina em sentido estrito na década de 1990, como tampouco é próprio somente dos setores populares da Argentina<sup>12</sup>. A via pública como campo de disputa também foi condicionante nas disputas dos fins da década de 1960 y começos dos '70, nos levantamentos populares surgidos ao longo de todo o país, conhecidos com o sufixo “azo” (Cordobazos en 1969-1971, Rosariazo en 1969, Tucumanazos en 1970-1972, Mendozazo en 1972, etc.). Em ditas rebeliões populares, dezenas de milhares de pessoas montaram barricadas como ferramenta de luta e ocupação de territórios. Aqueles conflitos se concentraram em um processo de formação

---

<sup>12</sup>- As barricadas operárias na França do século XIX – em uma etapa do capitalismo já desenvolvido – foram reiteradamente utilizadas como método de luta contra as forças armadas da burguesia durante revoluções e revoltas operárias. Marx faz uma profunda descrição da utilização desta metodologia nas revoluções de 1848 e 1871 em “As lutas de classes na França (1848 a 1850)”, “O dezoito Brumário de Luis Bonaparte” e em “A guerra civil na França”.

de uma força social popular que enfrentou os projectos político-econômicos das ditaduras de Onganía y Lanusse (1966-1973)<sup>13</sup>. Mas além de serem dispositivos de posicionamiento territorial e combate nessas manifestações, as interrupções de vias de comunicação também foram utilizadas durante conflitos gremiais e laborais. Durante as tomadas de fábricas, os piquetes impediam o acesso às mesmas e interrompiam o processo produtivo, ou também eram utilizados como barreira de contenção em enfrentamentos com as forças repressivas<sup>14</sup>.

Vale lembrar que este tipo de metodologia se manifesta em situações estruturais e conjunturais muito diferentes. Aquelas barricadas construídas há quase quarenta anos no país foram a expressão da luta no marco de uma estratégia de construção de uma força social de carácter popular. Em vez disso, os bloqueios de estradas da segunda metade da década de 1990 podem ser caracterizados como parte de uma estratégia de resistência, ou *lutas defensivas* das condições de vida, pela recuperação de bens materiais básicos para a sobrevivência ou que lutam pela reinclusão em um mercado de trabalho de carácter expulsivo. Quer dizer, instâncias da luta de clases claramente distintas, que condicionam a utilização de metodologias de luta e os objetivos principais.

Porém, por serem *lutas defensivas* não significa que estão por fora de um esquema de enfrentamento em que o Estado encarna seu papel coercitivo e repressivo. Estes protestos, como parte de uma resistência a um processo de degradação social também estão sujeitos, como em décadas passadas, à penalização por parte dos setores dominantes. Exemplo disso é a chamada “criminalização do protesto” que se manifesta não só mediante a repressão física, senão também através da promulgação de políticas jurídicas perseguidoras e com a promoção de discursos que estigmatizam ideologicamente aos que protestam, condenando a *desordem* que prejudica a governabilidade e a estabilidade institucional, protegendo a *ordem* da desigualdade. Medidas que não só possuem objetivos políticos, senão também um pano de fundo de exigência econômica, intrínseca ao mesmo sistema. Nesses enfrentamentos se

---

<sup>13</sup>- “Lucha de calles, lucha de clases” de Beba Balvé, Miguel Murmis, J. C. Marín et al; “El ’69. Huelga política de masas: Rosariaz - Cordobazo – Rosariaz”, de Beba y Beatriz Balvé; y “El Tucumanazo” de Emilio Crenzel, são algumas das investigações que analisam exaustivamente as rebeliões populares e seus métodos de luta em Córdoba, Rosário e Tucumán.

<sup>14</sup>- Alguns textos onde se menciona esta ferramenta de confrontação em âmbitos laborais: “Lições de Batalha”, de Gregorio Flores -sobre o processo de greves e ocupação de fábricas no complexo industrial de Córdoba desde 1966 a 1970-; na entrevista realizada por Néstor Kohan a Antonio Alac, dirigente gremial durante o “Choconazo”, a greve dos operários da represa hidroelétrica do Chocón na província de Neuquén durante os meses de fevereiro março de 1970. Em “Antonio Alac, el Choconazo y las enseñanzas del clasismo”, [www.rebellion.org](http://www.rebellion.org). Acessado em: 08/07/2015.

evidenciam os mecanismos do poder repressivo do Estado que no país se tem traduzido em mais de 4.000 processos judiciais de militantes políticos e sociais a partir da judicialização do protesto<sup>15</sup>.

A esse avanço repressivo se soma a construção ideológica dos setores subordinados, colocando-os no lugar da “infiltração política”, ou da intervenção de “elementos externos” (militantes de agrupações políticas de esquerda), ao tempo que caracterizavam a contestação como atos ilegítimos ou ilegais. Estas caracterizações, longe de serem esporádicas, se tornam sistemáticas nos momentos precisos em que o conflito aumenta em intensidade. Alguns termos nos remontam aos conflitos da história recente do país –inclusive a etapas prévias à ditadura - onde se falava da “subversão apátrida” ou de “ideias estrangeirizantes” (que também se “infiltravam” na sociedade) como um disparador que justificaria a repressão e o aniquilamento de pessoas. Como pensar então esses protestos que, ainda que protagonizados por sujeitos diversos e com objetivos nada próximos a pretender derrubar o sistema, são em muitas ocasiões considerados perigosos pelos dirigentes políticos?

#### Considerações finais: o enfrentamento como eixo analítico.

O enfrentamento sistemático entre setores antagônicos é uma das marcas substanciais do desenvolvimento capitalista<sup>16</sup>. A violência exercida durante décadas de expropriação –sempre sustentado como um marco legal- tem forjado uma ordem social no ocidente que até hoje não perdeu seus fundamentos. Neste sentido, poderíamos dizer que o enfrentamento é o

eixo heurístico mais importante da vida social. [...] As diversas versões vulgares sobre a teoria da luta de classes ignoram a perspectiva dialética, e possuem, ao contrario dessa, uma inclinação positivista que tende a coisificá-la, como se primeiro existissem as classes e depois seu movimento (IZAGUIRRE e ARISTIZÁBAL, 2002, p. 10-11).

Restringido à historia das últimas décadas no plano nacional, a luta de classes nos parece apresentar-se reduzida a um período onde as lutas operárias sindicais de caráter classista eram hegemônicas em relação a outro tipo de disputas. É costume estimar que com a “dissolução da sociedade industrial”, os conflitos aparentemente tomam um caráter completamente distinto.

<sup>15</sup>- Ver SVAMPA, Maristella. Los movimientos sociales e izquierdas. *Revista Rebelión* [on line]. Disponible en <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=27657> Acessado em 08/07/2015.

<sup>16</sup> La etapa primigenia del proceso de su consolidación en Europa fue denominada por Marx como la “acumulación originaria” o primitiva, que podemos ubicar entre los siglos XVI y XVIII.



Estas caracterizações se enquadraram em uma produção intelectual pós-estruturalista que relegou a luta de classes como parte de outra etapa da história, colocando assim o movimento operário em um lugar de virtual “liquefação” ante uma suposta renovação do espectro sociopolítico do conflito. Dito de outro modo, “toda referência a classe social ou ‘luta de classes’ passou a ser taxada de ‘vulgar’ ou reducionista em uma reação de pânico a um ‘economicismo’ que em qualquer caso já havia ficado bastante para atrás” (EAGLETON, 2005, p. 279).

Entretanto, nas ações de protesto que mencionamos também se definem as frações sociais que participam em vários *sujeitos coletivos* executores de uma *ação coletiva*. Nesses enfrentamentos, físicos ou ideológicos, sintetiza-se o processo da disputa, de onde se vê realizadas os diversos momentos de formação de *forças sociais* e seus objetivos. O conceito de força social é aplicado no estudo que realiza J.C. Marín (1981) a partir dos marcos teóricos de Clausewitz, Marx e Lênin. Ali assinala que “a existência de uma força social de caráter antagônico não é um pressuposto, senão que é algo que se constitui historicamente, e um dos elementos da definição de estratégia faz precisamente referência à constituição dessa força social” (MARÍN, 1981, p. 23). Tendo em conta que as forças sociais se conformam na dinâmica da luta de classes, o autor distingue três grandes processos articulados entre si: a) o processo de sua constituição, gênese e formação de uma força social, b) seu deslocamento espaço-temporal e c) seu enfrentamento com outras forças antagônicas. Na teoria marxista, este conceito está íntimamente relacionado à noção de cooperação - fundamento controlado com base na capacidade de extrair um no processo de produção, sujeitando o trabalho vivo ao trabalho morto, mas desta vez, uma cooperação consciente de autogestão. Se em um caso forças produtivas precisa ser maleável para sustentar a acumulação capitalista, na conformação de classe para si, as forças produtivas necessária para quebrar esses fórceps e formado em uma força social e, mais especificamente, em uma força social e política.

A força social política é a concretização das relações de classe em ação, quer dizer, expressa distintos momentos e alianças entre frações sociais que lutam por suas metas. Isto não se aplica somente aos enfrentamentos que poderiam “evidenciar” a simples vista uma luta de classes que evoca as “massas operárias mobilizadas” contra um regime burguês (seja lá ditatorial ou constitucional). A luta de classes pode adquirir diversos graus de desenvolvimento, objetivos de luta, e personificações sociais que a protagonizam. Se trata de



assumir que a formação das classes é um processo histórico onde se articulam fatores políticos, ideológicos, culturais, organizativos, que são tão decisivos como a âncora estrutural. Em consequência, a identificação das classes e de suas lutas não pode levar a cabo mediante uma dedução abstracta de determinados traços estruturais, senão a partir de análises que combinem a atenção a estrutura com a identificação dos mecanismos pelos quais é possível referir a ela o comportamento efetivo dos atores coletivos em situações particulares (VILAS, 1995, p. 70).

Isto é, as classes não se constituem analiticamente apenas a partir das relações que estabelecem no processo produtivo, senão também a partir dos enfrentamentos que realizam, e dos interesses que ali expressam como momento de sua formação. De fato, enquanto as frações subordinadas da sociedade se apresentam como portadoras de um processo de formação de força social - quando os “corpos dóceis” deixam de sê-lo - se recorre ao monopólio da violência não como excesso, senão como único modo de “direcionar condutas”. Os sujeitos se convertem então, ainda que seja temporalmente, em “não cidadãos”, e carregam com outras categorias que deslegitimam suas ações e sua presença.

Os episódios de conflito preponderantes no período aqui abarcado foram desenvolvidos em uma etapa na qual a penalização e represão das frações insubordinadas da sociedade –e sua vinculação com o delitivo, ou forasteiro ou infiltrado, ou ideologicamente perigoso- constituem um mapa genealógico do enfrentamento social que não é novo senão algo de longa data. Dito processo, segue acontecendo hoje em dia em determinados momentos.

Por isso, se bem é possível verificar a ampliação do espectro de objetivos e protagonistas nas lutas recentes com respeito às lutas precedentes, tanto as mobilizações menos organizadas até as mais sistemáticas não podem separar-se do triunfo das frações sociais dominantes que lograron impor o novo padrão de acumulação. E em tal sentido, é factível pensar as expressões atuais e da história recente do conflito social (material e simbólico) como parte de um processo histórico de luta de classes.

#### Referências

COTARELO, María Celia e IÑIGO CARRERA, Nicolás. *Algunos rasgos de la rebelión en Argentina 1993 – 2001*. PIMSA N° 8, Buenos Aires, PIMSA, 2004.

EAGLETON, Terry. *Ideología*. Barcelona: Paidós, 2005.

FERNANDEZ REYES, Otto. “Movimientos sociales y ciclos de protesta en América Latina”. *Revista Sociológica*, año 10, N° 28, 91-116. México, 1995.

FIGUEROA IBARRA, Carlos, C. “Violencia, neoliberalismo y protesta popular en América Latina”. *Revista Rebelión* (on line)

<http://www.rebelion.org/hemeroteca/izquierda/figueroa280502.htm>. [Acessado em 08/07/2015.](#)

Iñigo Carrera, N. (2005). *Algunos instrumentos para el análisis de las luchas populares en la llamada Historia Reciente (Argentina 1989 - 2001)*. Ponencia presentada en el XXV Congreso de la ALA, Porto Alegre, (agosto 22-26).

IZAGUIRRE, Inés, y ARISTIZABAL, Zulema. *Las luchas obreras 1973-1976*. Documento de Trabajo N° 17, Instituto de Investigaciones Gino Germani, FCS, UBA. Buenos Aires: IIGG, 2002.

MARIN, Juan Carlos. *La noción de polaridad en los procesos de formación y realización de poder*. CICSO, serie Teoría N° 8. Buenos Aires: CICSO, 1981

MARX, Karl. (1987). *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*. Tomo II. México: Siglo Veintiuno Editores, 1987.

MUNK, Gerardo. "Formação de atores, coordenação social e estratégia política: problemas conceituais do estudo dos Movimentos Sociais". *Dados*, vol. 40, N° 1, Rio de Janeiro, 1997.

SCHUSTER, Federico, y PEREYRA, Sebastián. La protesta social en la Argentina democrática: balance y perspectiva de una forma de acción política. En Norma GIARRACA (Ed.), *La protesta social en la Argentina. Transformaciones económicas y crisis social en el interior del país*. Buenos Aires: Alianza Editorial, 2001.

SCHUSTER, Federico et al. Transformaciones de la protesta social en Argentina 1989-2003. *Documentos de Trabajo*, N° 48. [on line]. Buenos Aires: IIGG, Facultad de Ciencias Sociales, UBA, 2006.

SOLERVICENS, Marcelo. Los movimientos sociales y los desafíos de la izquierda. *Revista Última década*, número 001. Viña del Mar, Chile, 2003.

SVAMPA, Maristella y PEREYRA, Sebastián S. *Entre la ruta y el barrio. La experiencia de las organizaciones piqueteras*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2003.

SVAMPA, Maristella y PANDOLFI, Claudio. Las vías de la criminalización de la protesta en Argentina. *Observatorio Social de América Latina*, Año V, N° 14, 285-296. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

SVAMPA, Maristella (2005) Los movimientos sociales e izquierdas. *Revista Rebelión* [on line]. Disponible en <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=27657> [Acessado em 08/07/2015.](#)

VILAS, Carlos. Actores, sujetos, movimientos: ¿dónde quedaron las clases? *Revista Sociológica*, año 10, N° 28, 61-87. México, 1995.

**Resumo:** Neste artigo pretendemos refletir sobre as caracterizações e interpretações sociológicas e políticas realizadas sobre o período mais controverso da história recente da Argentina que pode se localizar entre a segunda metade da década de 1990 até o início da primeira metade da década de 2000. Tentaremos dar conta – desde uma análise teórica e empírica - de diferentes formas de interpretar o protesto social na Argentina. Tal período foi considerado por fora do conceito de luta de classes, concepção guiada mais por particularidades ideológicas do que científicas.

**Palavras-chave:** protesto, conflitos, movimentos sociais, classes.

**Resumen:** En este artículo pretendemos reflexionar sobre las caracterizaciones e interpretaciones sociológicas y políticas realizadas sobre el período más conflictivo de la historia reciente argentina, que podemos ubicar desde la segunda mitad de la década de 1990 hasta principios la primera mitad de la década de 2000. Intentaremos dar cuenta –desde un análisis teórico y empírico- de distintas formas de interpretar la protesta social en Argentina. La misma fue considerada por fuera del concepto de lucha de clases, concepción guiada más por particularidades ideológicas que científicas.

**Palabras clave:** protesta, conflicto, movimientos sociales, clases.